Editorial

Esta edição da Revista Em Pauta – Teoria Social e Realidade Contemporânea, segue com a prática da editoria convidada para a organização de dossiês temáticos, dentro do seu fluxo editorial. Assim, o número 49, *Política de Saúde Mental, Luta Antimanicomial e o Modelo de Atenção Psicossocial no Brasil: retrocessos, resistências e desafios contemporâneos*, foi organizado pela professora Ana Paula Procopio da Silva, da Faculdade de Serviço Social, do Programa de Residência Multiprofissional em Saúde Mental e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e pelo professor Marco José de Oliveira Duarte, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e dos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por sua trajetória acadêmica e de militância antimanicomial, antiproibicionista e na defesa da Reforma Psiquiátrica.

Este dossiê temático apresenta artigos científicos, experiências acadêmicas, profissionais e de ativistas, como pesquisas, estudos e sistematização de práticas no trabalho em saúde mental e drogas relevantes, no sentido da afirmação dos princípios da reforma psiquiátrica e da luta antimanicomial em tempos de defesa da democracia, da vida e do cuidado em liberdade.

Nesses mais de quarenta anos da luta antimanicomial, mais de trinta anos da Carta de Bauru e mais de vinte anos da Lei nº 10.216, conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica brasileira ou a Lei da Saúde Mental, atualmente ameaçada, somos convocadas/os a resistir e a sustentar a construção de uma política feita por muitos sujeitos sociais, usuários e usuárias, familiares, trabalhadores e trabalhadoras, acadêmicos, dentre outros. Um processo evidenciado pelo espanhol Manuel Desviat no artigo que abre o dossiê, *Sobre la vigencia del Manifiesto de Bauru en tiempos adversos: anotaciones sobre la demolición del cuidado a la salud mental en Brasil* em que destaca o Manifesto de Bauru (1987) e a II Conferência Nacional de Saúde Mental como os pilares que constituem o arcabouço teórico e prático da reforma brasileira.

Na sequência, a leitura do artigo *A política nacional de saúde mental brasileira: breve análise estrutural* de Sara Mexko e Silvio José Benelli nos leva a reflexões sobre como a legislação nacional, ainda em vigor, e por nós defendida, estabeleceu e institucionalizou, no primeiro ano do século XXI, a nova política nacional de saúde mental, radicalmente contrária ao modelo hegemônico até então, o hospitalocêntrico-manicomial, tornando possível a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras

drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), redirecionando, em todo território nacional, o novo modelo assistencial, o da rede de atenção psicossocial (RAPS), de base comunitária, territorial, de portas abertas, de atenção diária e com ações intersetoriais e de apoio matricial onde a vida acontece.

A rede de atenção em saúde mental, que já acontecia em seu processo instituinte, foi formalizada logo em seguida à aprovação da Lei da Saúde Mental, em vigor, a partir da Portaria GM/MS nº 336 de 2002 expressa também a conexão com a luta mais geral, classista, uma análise realizada por Daniela Albrecht em *A Luta antimanicomial nos governos democrático-populares: contribuições para um balanço a realizar* em que aborda os elementos dessa articulação no período que abrange os anos dos governos democrático-populares do Partido dos Trabalhadores.

Em 2011, a rede foi redimensionada pela Portaria GM/MS nº 3088, impulsionada pela regulamentação do SUS, como RAPS. Desde então, foram vários acontecimentos históricos que atravessaram a trajetória dessa política pública e que culminaram na contrarreforma psiquiátrica que está em curso: a entrada oficial e o financiamento das comunidades terapêuticas, o fora Valencius, a Portaria GM/MS nº 3855/2017, a Nota Técnica nº 11/2019 e sua "nova" política de saúde mental, a "nova" política de drogas, a tentativa do chamado "revogaço" das legislações, que desde 1990 normatizam as políticas, os programas e serviços no campo da saúde mental e drogas, no final de 2020, em meio ao agravamento da crise sanitária ocasionada pela pandemia de COVID-19 e numa crescente agudização da crise política, econômica e social no país. Desmontes que apontam para o neoconservadorismo político na cena pública e o cenário ultraneoliberal do Estado brasileiro pela redução dos direitos e dos investimentos públicos em todas as políticas públicas, agravada pelo regime fiscal de austeridade imposto pela Emenda Constitucional 95 – do teto dos gastos. Nessa direção reflexiva está o artigo: *Retrocessos na política nacional de saúde mental: consequências para o paradigma psicossocial,* de José Nogueira Passarinho, que debate as principais alterações feitas na Política Nacional de Saúde Mental no período de 2017 a 2020 e fundamenta nesse contexto a pertinência do emprego de termos como retrocesso e contrarreforma.

Neste momento crítico de crise política e econômica agravada pela crise sanitária, no Brasil, com mais de 600 mil mortes e baixa cobertura vacinal pelo SUS, além do negacionismo, o acesso à política de saúde mental, álcool e outras drogas é uma necessidade vital para milhares de pessoas. Um quadro que rebate fortemente no cuidado em saúde, particularmente em tempos de pandemia de COVID-19, como demonstrado nos artigos *Contrarreforma psiquiátrica e seus reflexos no cuidado ao usuário e à família* de Cristian Cruz Chiabotto, Igor Sastro Nunes e Karla Susane Aguiar e *Contrarreforma psiquiátrica brasileira e medicalização do sofrimento mental na pandemia de Covid-19* de Marcos Garcia, Simone de

Amorim, Gelberton Rodrigues e Luiz Henrique Mendonça e *Saúde mental e defesa da vida em tempos de pandemia*, das autoras Francisca Maria Cardoso e Edna Goulart Joazeiro.

A conjuntura de ataque sem precedentes ao SUS, soma-se a um processo mais amplo em curso, de aceleração da devastação dos serviços da atenção psicossocial, de naturalização da desassistência às pessoas em situação de sofrimento psíquico, particularmente, àquelas pobres e negras. Identifica-se nas estratégias ultraneoliberais que materializam essa política de morte, o seu caráter racista, sexista e LGBTIfóbico, pelo seu potencial de ampliar as desigualdades e violências contra as pessoas destes segmentos. O que aumenta a importância de estudos com profissionais da saúde mental sobre a relação entre suas práticas, conceitos e concepções acerca da assistência em saúde, conforme apresentado no texto, *O cuidado do hospital psiquiátrico decifrado pelo discurso de seus profissionais,* de Allan Arruda, Mikael Brasil, Taíse Araújo e Petrônio Martelli. E também a emergência de perspectivas como a apresentada por Segislane Moésia da Silva e Marlene França em *Trabalhando com o mínimo: a saúde mental infantojuvenil no estado da Paraíba*, no qual as autoras demonstram os impactos do processo de Contrarreforma do Estado nas condições objetivas necessárias ao trabalho nos Centros de Atenção Psicossocial voltados para o atendimento de crianças e adolescentes.

Os retrocessos estão, por exemplo, na reedição da centralidade do modelo biomédico e psiquiátrico sobre os demais saberes e fazeres, com fortalecimento da lógica manicomial, hospitalocêntrica e de medicalização da vida. Aposta-se, portanto, no desmonte público da política de saúde, em geral, e do modelo de atenção psicossocial, em particular, principalmente, ao analisarmos as investiduras no campo de álcool e outras drogas, pela imposição da abstinência como medida terapêutica prioritária, na ruptura com a política de redução de danos no cuidado, reforçando a dimensão moral e conservadora na atenção às pessoas que fazem uso prejudicial de substâncias psicoativas. Além de impulsionar, em regra geral, no campo da saúde mental e drogas, na ambulatorização do cuidado em saúde mental, tanto pelo desfinanciamento dos CAPS e de todos os serviços públicos da RAPS, na medida em que amplia o já robusto repasse de verbas para instituições privadas, como os hospitais psiquiátricos e as comunidades terapêuticas. Assim, o segundo conjunto de artigos que compõem o dossiê tem a temática das drogas como o eixo de discussão em diferentes dimensões da atenção psicossocial.

Em *Política sobre drogas e atenção psicossocial: retrocessos nas concepções, desenho e financiamento*, Juliana Lobo Prudencio e Mônica de Castro Senna evidenciam o tensionamento entre duas lógicas orientadoras na constituição da política de saúde mental, álcool e outras drogas: a repressão e a estratégia de redução de danos, trazendo ainda os retrocessos que atingem internamente a política com a prevalência no debate midiático e

no financiamento público da díade "guerra às drogas" e proibicionismo. Na sequência o artigo *A tragédia do preconceito: o negacionismo e o debate sobre o uso medicinal da maconha* escrito por Paula da Conceição Fabrício e Paulo Duarte de Carvalho Amarante apresenta o debate do campo psiquiátrico sobre a maconha no Brasil e observa as divergências entre as entidades multidisciplinares e as estritamente médicas. E as autoras Thaís Alves Guimarães e Lucia dos Santos Rosa, *Participação social e relações de poder na política sobre drogas no Piauí* analisam a participação social nos debates sobre as estratégias de implantação da política sobre drogas no contexto piauiense entre os anos de 2005 e 2019.

O contexto político adverso revela a contrarreforma psiquiátrica em curso, baseada, tanto no discurso de valorização da abstinência, como na lógica manicomial e proibicionista, que aprofunda o estigma da loucura e do usuário de drogas, reforçando a segregação pessoal, social, institucional, territorial e racial em detrimento da lógica da autonomia, do cuidado em liberdade e no território e na participação social e política dos sujeitos com seus corpos, subjetividades, raças, gêneros e sexualidades.

O modelo de atenção psicossocial pressupõe uma rede vida, potente, e, no momento, resistente, afirmando o legado histórico das lutas antimanicomiais e antiproibicionistas no enfrentamento da indústria da loucura, da psiquiatrização social e na guerra às drogas, pelos aniquilamentos e mortes que produzem, perspectivas apontadas no artigo *O avanço do conservadorismo no campo da saúde mental e drogas e as Comunidades Terapêuticas no Estado do Rio de Janeiro: uma análise do PL 565/2019* de Rachel Gouveia Passos, Tathiana Meyre da Silva Gomes e Tiago Braga do Espírito Santo.

No bloco temos dois artigos que relacionam o debate crítico da saúde mental e drogas ao exercício profissional em Serviço Social, são eles: *Religião, Comunidades Terapêuticas e Projeto Ético-Político do Serviço Social* de Vinicius de Magalhães e Vera Núbia Santos que sinaliza a necessidade de defesa intransigente dos direitos humanos e o fortalecimento da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS), expressões claras do Projeto Ético-Político (PEP) do Serviço Social brasileiro, ameaçadas na atual conjuntura do país, de cariz ultraconservador e *O trabalho profissional das assistentes sociais na arena antiproibicionista às drogas*, Priscilla Tavares e Rita de Cassia Lima, que discutem as questões que compõem o trabalho profissional de assistentes sociais vinculadas aos CAPSad II e III do município do Rio de Janeiro, considerando o proibicionismo às drogas e sua relação com o racismo estrutural e a questão da valorização da redução de danos, dos espaços coletivos e da circulação socioespacial pela cidade em contraposição à monoterapia da abstinência às drogas e do isolamento.

No último artigo do bloco, *Ataques à redução de danos em Recife: o consultório de rua*, Evellyn Lira de Araújo apresenta aspectos para compreensão do significado e as contradições nas mudanças das ações do

Consultório de Rua na Rede de Atenção Psicossocial da cidade de Recife a partir de 2013, a partir dos relatos de profissionais em redução de danos.

A seção Mostra Fotográfica, intitulada *Maria do Socorro Santos, um exemplo de vida, arte e trabalho na saúde mental*, organizada pelo professor Eduardo Mourão Vasconcelos, da ESS/UFRJ, traz uma galeria de fotos das pinturas potentes e plurais de Maria do Socorro, artista, usuária e militante da luta antimanicomial no Rio de Janeiro, que também está na capa desta edição da revista.

A Homenagem de Vida escrita por Graziela Scheffer, professora da Faculdade de Serviço Social da UERJ e Marco José de Oliveira Duarte, apresenta reverências à assistente social, docente aposentada pela UnB, feminista e militante da luta antimanicomial, Eva Terezinha Silveira Faleiros, ou, Eva Faleiros, do início da sua trajetória, em Porto Alegre, nas diversas frentes das lutas sociais, da formação à materialização de práticas múltiplas, mas, em particular, junto aos usuárias e usuários da saúde mental.

A entrevista intitulada *Ana Maria Fernandes Pitta: mulher, nordestina, psiquiatra antimanicomial e militante da Reforma Psiquiátrica*, psiquiatra antimanicomial, concedida à Ana Paula Procópio da Silva e Marco José de Oliveira Duarte pela professora aposentada da USP, atualmente na UCSal e militante histórica. A baiana Ana Pitta, como é conhecida, primeira mulher presidenta da Associação Brasileira de Saúde Mental - ABRASME, nos brinda, a partir de suas memórias e trajetórias, com os relatos de uma história que é ao mesmo tempo a sua trajetória pessoal e a gênese da luta em defesa da Reforma Psiquiátrica no Brasil.

Por fim, apresentamos as resenhas dos livros *Alienação e liberdade*: escritos psiquiátricos, de Frantz Fanon, pela assistente social e doutoranda em Serviço Social do PPGSS/UFJF, Lara Rodrigues Caputo e *Saúde Mental e drogas em tempos de pandemia*: contribuições do Serviço Social, organizado por Tathiana Meyre da Silva Gomes, Rachel Gouveia Passos e Marco José de Oliveira Duarte, pela assistente social e doutoranda em Serviço Social do PPGSS/UERJ, Evelyn Melo da Silva.

A construção desta edição teve a contribuição de diferentes áreas do conhecimento, com autoras e autores de norte a sul do país e também internacionais, e privilegiou artigos científicos cuja centralidade em seus conteúdos está nas análises críticas sobre a política pública de saúde mental e drogas, na perspectiva das lutas antimanicomiais e antiproibicionistas, na defesa do modelo de atenção psicossocial, do SUS e da democracia, na afirmação, sustentação e resistência à lógica de desmonte da Reforma Psiquiátrica brasileira. Uma produção intelectual que aponta a mobilização e participação de usuárias/os, familiares e trabalhadoras/es para o enfrentamento aos ataques contra a Política Nacional de Saúde Mental.

"Nenhum passo atrás, manicômio nunca mais!" e "Saúde não se vende! Loucura não se prende! Quem está doente é o sistema social!" Consignas da Luta Antimanicomial reproduzidas aqui como memória e

consciência, como narrativas históricas que nos convocam a resistência, feito entre muitas sujeitas e sujeitos, em defesa da Democracia, do SUS e da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial e Antiproibicionista em tempos de desmonte da coisa pública.

Ousamos SUStentar a diferença, porque como já nos dizia Franco Basaglia, "*a liberdade é terapêutica*".

AbraSUS
Editor/a Convidado/a:
Prof.ª Dr.ª *Ana Paula Procopio da Silva* – FSS/UERJ
Prof. Dr. *Marco José de Oliveira Duarte* – FSS/UFJF e PPGSS/UERJ
Comitê Editorial

DOI: 10.12957/rep.2022. 63536

A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Editorial

This issue of the journal Em Pauta – Social Theory and Contemporary Reality continues the practice of inviting a guest for editing the thematic dossiers, within its editorial flow. Thus, issue 49, entitled *Mental Health Policy, Anti-Asylum Struggle, and the Psychosocial Care Model in Brazil: regression, resistance, and contemporary challenges*, was organized by two guests: Professor Ana Paula Procopio da Silva, who is part of State University of Rio de Janeiro's School of Social Work, Multiprofessional Residency Program in Mental Health, and Postgraduate Program in Social Work; and Professor Marco José de Oliveira Duarte, part of Federal University of Juiz de Fora's School of Social Work and both Federal University of Juiz de Fora's and State University of Rio de Janeiro's Postgraduate Programs in Social Work, for his academic trajectory and militancy, either anti-asylum, anti-prohibitionist, or in defense of the Psychiatric Reform.

This thematic dossier presents scientific articles, academic, professional, and activist experiences, such as surveys, studies, and systematization of practices in mental health work and relevant drugs, aspiring to affirm the principles of the psychiatric reform and the anti-asylum struggle in times of defense of democracy, life, and care in freedom.

In more than forty years of the anti-asylum struggle, more than thirty years of the Bauru Charter and over twenty years since Law no. 10,216, known as the Brazilian Psychiatric Reform Law or the Mental Health Law, currently under threat, we are called upon to resist and support the creation of a policy made by many social subjects, such as users and their family members, workers, scholars, among others. This process is evidenced by Spaniard Manuel Desviat in the article that opens the dossier, *On the validity of the Bauru Manifesto in adverse times: notes on the demolition of mental health care in Brazil*, which highlights the Bauru Manifesto (1987) and II National Conference on Mental Health as the pillars that constitute the theoretical and practical framework of the Brazilian reform.

Next, the article *Brazilian National Mental Health Policy: brief structural analysis* by Sara Mexko and Silvio José Benelli leads us to reflect on how the national legislation, still in force, and defended by us, established and institutionalized the new national mental health policy in the first year of the 21st century. The law is radically contrary to the model that was hegemonic until then, the hospital-centered asylum, making it possible to protect the rights of people with mental disorders and with needs arising from the use of crack cocaine, alcohol, and other drugs. These treatments were established within the scope of the Brazilian Unified Health System (SUS), throughout the national territory, and redirected patients to the new care model, the psychosocial care network (RAPS), which is community-

based, territorial, open-door, daily care, and with intersectorial actions and matrix support where life happens.

The mental health care network, which was already taking place in its instituting process, was formalized shortly after the approval of the Mental Health Law, in force, from Ordinance GM/MS no. 336 of 2002 also expresses the connection with the more general, classist struggle, an analysis carried out by Daniela Albrecht in *The anti-asylum struggle in popular-democratic governments: contributions for taking stock* in which she addresses the elements of this relationship in the period that spans the years of the popular-democratic governments of the Workers' Party in Brazil.

In 2011, the network was resized by Ordinance GM/MS no. 3088, driven by SUS regulation, such as RAPS. Since then, there have been several historical events that crossed the trajectory of this public policy and culminated in the ongoing psychiatric counter-reform: the official entry and financing of therapeutic communities; the Valencius Out protests; Ordinance GM/MS no. 3855/2017; Technical Note no. 11/2019 and its "new" mental health policy; the "new" drug policy; and the attempt to repeal the legislation at the end of 2020, which since 1990 has regulated policies, programs, and services in the field of mental health and drugs, amid the worsening of the health crisis caused by the COVID-19 pandemic and the progressive worsening of the political, economic, and social crisis in the country. This dismantling points to the growing political neoconservatism in the public scene and the ultra-neoliberal scenario of the Brazilian state, evidenced by the reduction in public rights and investments in all public policies and aggravated by the austere fiscal regime imposed by Constitutional Amendment 95, which implemented a spending ceiling. The article Setbacks in the national mental health policy: consequences for the psychosocial paradigm, by José Nogueira Passarinho, brings reflections in this direction, by discussing the main changes made to the National Mental Health Policy in the period 2017-2020 and arguing for the relevance in this context of the use of terms such as retrogression and counter-reformation.

In this critical moment of political and economic crisis aggravated by the health crisis in Brazil, with more than 600,000 deaths and low vaccination coverage by the SUS, besides denialism, access to the policy on mental health, alcohol, and other drugs is a vital need for thousands of people. This is a situation that has strong impact on health care, particularly in times of the COVID-19 pandemic, as demonstrated by the following articles: *Psychiatric counter-reformation and its reflections on user and family care* by Cristian Cruz Chiabotto, Igor Sastro Nunes, and Karla Susane Aguiar; *Brazilian psychiatric counter-reformation and medicalization of mental distress in the Covid-19 pandemic* by Marcos Garcia, Simone de Amorim, Gelberton Rodrigues, and Luiz Henrique Mendonça; and *Mental health and the defense of life in times of pandemic*, by the authors Francisca Maria Cardoso and Edna Goulart Joazeiro.

The unprecedented attacks on SUS are added to a broader process currently underway, of accelerating the devastation of psychosocial care services and naturalizing the lack of assistance to people in situations of psychological distress, particularly those who are poor and black. In the ultra-neoliberal strategies that materialize this policy of death, it can be noticed its racist, sexist, and LGBTIphobic character, due to its potential to increase inequalities and violence against people in these groups. This increases the importance of studies with mental health professionals about the relationship between their practices, concepts, and conceptions about health care, as presented in the article *The care of a psychiatric hospital deciphered by its professionals' discourses*, by Allan Arruda, Mikael Brazil, Taíse Araújo, and Petrônio Martelli, and also the emergence of perspectives such as the one presented by Segislane Moésia da Silva and Marlene França in *Working with the minimum: children's mental health in the state of Paraíba*, in which the authors demonstrate the impacts of the state counter-reformation process in the objective conditions necessary for work in Psychosocial Care Centers aimed at assisting children and adolescents.

The regression can be seen, for example, in recovering the centrality of the biomedical and psychiatric model over other knowledges and practices, with the strengthening of the asylum, hospital-centered, and medicalization-of-life logic. Therefore, bets are placed on the public dismantling of health policies, in general, and of the psychosocial care model, in particular, mainly when we analyze the investitures in the field of alcohol and other drugs, through the imposition of abstinence as a priority therapeutic measure, in the break with the harm reduction policy in care, reinforcing the moral and conservative dimension in the care of people who make harmful use of psychoactive substances. In addition to boosting, as a general rule in the field of mental health and drugs, the focus on outpatient mental health care, both by underfunding CAPS and all RAPS public services, as it expands the already robust transfer of funds to private institutions such as psychiatric hospitals and therapeutic communities. Thus, the second group of articles that make up the dossier has the theme of drugs as the axis of discussion in different dimensions of psychosocial care.

In *Comprehensive care policy for users of alcohol and other drugs: regressions in conception, design, and financing*, Juliana Lobo Prudencio and Mônica de Castro Senna show the tension between two guiding logics in the constitution of policies for mental health, alcohol, and other drugs: repression and the harm reduction strategy, also highlighting the retrogressions that internally affect policies with the prevalence in media debates and in public funding of the "war on drugs" and prohibitionism dyad. Next, the article *The tragedy of prejudice: denial and the debate on medicinal use of marijuana*, written by Paula da Conceição Fabrício and Paulo Duarte de Carvalho Amarante, presents the debate on marijuana in the Brazilian psychiatric field, observing the differences between multidisciplinary and

strictly medical entities. And the authors Thaís Alves Guimarães and Lucia dos Santos Rosa, in *Social participation and power relations in Piaui's drug policy*, analyze social participation in the debates on strategies for drug policy implementation in the state of Piaui, Brazil between 2005 and 2019.

The current adverse political context reveals the ongoing psychiatric counter-reformation, based both on the discourse of valuing abstinence, as well as on the asylum and prohibitionist logic. These actions deepen the stigma of madness and drug users, and reinforces personal, social, institutional, territorial, and racial segregation, to the detriment of the logic of autonomy, care in freedom and in territory, and in the social and political participation of subjects with their bodies, subjectivities, races, genders, and sexualities.

The psychosocial care model presupposes a powerful and, at the moment, resistant life network, affirming the historical legacy of the anti-asylum and anti-prohibitionist struggles in confronting the madness industry, the social psychiatrization, and the war on drugs, for the annihilations and deaths they produce. This perspective is established in the article *The advance of conservatism in the field of mental health and drugs and the Therapeutic Communities in the state of Rio de Janeiro: an analysis of Bill 565/2019* by Rachel Gouveia Passos, Tathiana Meyre da Silva Gomes and Tiago Braga do Espírito Santo.

In this group we have two articles that relate the critical debate on mental health and drugs to the professional practice in social work. They are: *Religion, therapeutic communities, and social work's ethical-political project* by Vinicius de Magalhães and Vera Núbia Santos, which signals the need for uncompromising defense of human rights and the strengthening of the Psychosocial Care Network (RAPS), clear expressions of the Ethical-Political Project (PEP) of Brazilian Social Work, threatened in the current situation in the country, of an ultra-conservative nature; and *The professional work of social workers in the antiprohibitionist arena*, by Priscilla Tavares and Rita de Cassia Lima, who discuss the issues that make up the professional lives of social workers linked to CAPSad II and III of the municipality of Rio de Janeiro, considering drug prohibitionism and its relationship with structural racism and the issue of valuing damage reduction, collective spaces, and socio-spatial circulation through the city, in contrast to the monotherapy of drug abstinence and isolation.

In the last article of the group, *Attacks on harm reduction in Recife, Pernambuco: the street clinic*, Evellyn Lira de Araújo presents frames for understanding the contradictions and meaning of the changes in actions of the Street Clinic in the Psychosocial Care Network in the city of Recife from 2013, from the reports of professionals in harm reduction.

The Photographic Exhibition section, entitled *Maria do Socorro Santos, an example of life, art, and work in mental health*, organized by ESS/UFRJ Professor Eduardo Mourão Vasconcelos, brings a photo gallery of

Maria do Socorro's powerful and plural paintings. She is an artist, user and activist in the anti-asylum struggle in Rio de Janeiro, who is also on the cover of this issue of the journal.

The Life Homage written by Graziela Scheffer, professor at UERJ's School of Social Work, and Marco José de Oliveira Duarte, presents a reverence to social worker, retired professor from UnB, feminist, and anti-asylum activist, Eva Terezinha Silveira Faleiros, or Eva Faleiros, from the beginning of her trajectory in Porto Alegre, on the various fronts of social struggles, from training to the materialization of multiple practices, but, in particular, with mental health users.

The interview entitled *Ana Maria Fernandes Pitta: woman, northeastern, anti-asylum psychiatrist, and militant of the Psychiatric Reform*, with an anti-asylum psychiatrist, granted to Ana Paula Procópio da Silva and Marco José de Oliveira Duarte by the retired professor at USP, currently at UCSAL, and a historical activist. Ana Pitta, as she is known, was born in Bahia, Brazil, and was the first woman elected president of the Brazilian Association of Mental Health (ABRASME). In this interview, she offers us, from her memories and trajectories, accounts of a history that is at the same time her personal trajectory and the genesis of the struggle in defense of the Psychiatric Reform in Brazil.

Finally, we present the reviews of the following books: Frantz Fanon's *Alienation and freedom: psychiatric writings*, by social worker and doctoral student in social work at PPGSS/UFJF, Lara Rodrigues Caputo; and *Mental health and drugs in times of pandemic: contributions from social work*, organized by Tathiana Meyre da Silva Gomes, Rachel Gouveia Passos, and Marco José de Oliveira Duarte, by the social worker and doctoral student in social work at PPGSS/UERJ, Evelyn Melo da Silva.

The creation of this issue had the contribution of different areas of knowledge, with authors both international and from the whole country and also international, and favored scientific articles that had at their core critical analyses of public policies on mental health and drugs, from the perspective of the anti-asylum and anti-prohibitionist struggles, in defense of SUS, democracy, and the psychosocial care model, in the affirmation, support, and resistance to the logic of dismantling the Brazilian Psychiatric Reform. In short, an intellectual production that points to the mobilization and participation of users, family members, and workers to face the attacks against the National Policy on Mental Health.

"No step back, madhouses never again!" and "Health is not for sale! Madness does not belong in jail! It is the social system who is sick!" These are chants of the Anti-Asylum Struggle, reproduced here as memory and conscience, as historical narratives that call for resistance, built between many subjects, in defense of Democracy, the SUS and the Anti-asylum and Anti-Prohibitionist Psychiatric Reform in times of dismantling of public matters.

We dare to SUStain the difference, because, as Franco Basaglia told us, "Freedom is therapeutic."

Guest Editors:
Prof. Dr. *Ana Paula Procopio da Silva* – FSS/UERJ
Prof. Dr. *Marco José de Oliveira Duarte* – FSS/UFJF and PPGSS/UERJ
Editorial Committee

DOI: 10.12957/rep.2022. 63536

A Revista Em Pauta: Teoria Social e Realidade Contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.